

Trabalho de Graduação

Curso de Graduação em Geografia

**BARREIRAS E SUPERAÇÕES: A HISTÓRIA DO FUTEBOL DE MULHERES NO BRASIL
E SUA RELAÇÃO COM O ESPAÇO GEOGRÁFICO**

Bianca Monteiro Spínola Barbosa

Prof(a). Dr(a). Diego Corrêa Maia (orientador)

Jonathan Ferreira (coorientador)

Rio Claro (SP)

2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

BIANCA MONTEIRO SPÍNOLA BARBOSA

BARREIRAS E SUPERAÇÕES: A HISTÓRIA DO FUTEBOL DE
MULHERES NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O ESPAÇO
GEOGRÁFICO

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Licenciatura plena em Geografia.

Rio Claro (SP)

2025

B238b Barbosa, Bianca Monteiro Spínola
 Barreiras e superações: A história do futebol de
mulheres no Brasil e sua relação com o espaço geográfico
/ Bianca Monteiro Spínola Barbosa. — Rio
Claro, 2025
 38 p. : tabs., mapas

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura
Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro
Orientador: Diego Corrêa Maia
Coorientador: Jonathan Ferreira
1. UP. 2. TG. 3. TR. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados
fornecidos pelo autor(a).

BIANCA MONTEIRO SPÍNOLA BARBOSA

BARREIRAS E SUPERAÇÕES: A HISTÓRIA DO FUTEBOL DE
MULHERES NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O ESPAÇO
GEOGRÁFICO

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro,
da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Filho, para obtenção do grau em Licenciatura plena em
Geografia.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Diego Corrêa Maia

Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz

Jonathan Ferreira

Rio Claro, 03 de novembro de 2025.

Assinatura do(a) orientador(a)

Assinatura do(a) aluno(a)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, bem como todos os anos de minha graduação, às pessoas que foram fonte de inspiração e apoio ao longo desta trajetória acadêmica.

À minha mãe, Regiane Alves Monteiro, pelo exemplo de dedicação e pela incansável disposição em me incentivar a alcançar meus objetivos.

À minha tia, Regina Alves Monteiro Andrade, cuja atuação como professora representa para mim um modelo de compromisso, amor e responsabilidade com a educação.

Aos meus familiares e amigos, pelo constante incentivo, compreensão e presença em cada etapa desta jornada.

“Quem sabe isso quer dizer amor, estrada de fazer o sonho acontecer.”

RESUMO

O presente trabalho analisa a trajetória histórica do futebol de mulheres no Brasil, destacando as barreiras enfrentadas e as estratégias de superação que possibilitaram sua consolidação, com ênfase na relação com o espaço geográfico. A pesquisa demonstra que a prática, registrada desde o início do século XX, foi marcada por preconceitos sociais e pela exclusão institucionalizada através do Decreto-Lei nº 3.199/1941, que proibiu as mulheres de praticarem o futebol por quase quatro décadas. Apesar da repressão legal e cultural, a modalidade sobreviveu em circuitos alternativos, como clubes amadores, comunidades periféricas e festivais populares, configurando formas de resistência que asseguraram a continuidade do esporte. Com a revogação da proibição em 1979, o futebol de mulheres iniciou um processo de reorganização e institucionalização, embora ainda permeado por desigualdades em comparação ao masculino. A criação de campeonatos, a inserção da seleção nacional em competições internacionais e a visibilidade de atletas de destaque representaram avanços significativos, mas não eliminaram os desafios estruturais. A análise geográfica revelou que as desigualdades de gênero no esporte se manifestam também territorialmente, na concentração de clubes em grandes centros urbanos e na precariedade das oportunidades em regiões periféricas. O estudo, fundamentado em revisão de literatura de caráter qualitativo, evidencia que o futebol de mulheres no Brasil é mais do que uma prática esportiva: é expressão de disputas sociais, simbólicas e territoriais. Suas barreiras e superações refletem a luta das mulheres pela ocupação de espaços negados historicamente, reafirmando o esporte como campo de resistência e afirmação identitária.

Palavras-chave: Futebol de mulheres. Espaço geográfico. Gênero. Barreiras. Superações.

ABSTRACT

This paper analyzes the historical trajectory of women's football in Brazil, highlighting the barriers faced and the strategies for overcoming them that enabled its consolidation, with an emphasis on its relationship with geographic space. The research demonstrates that the practice, recorded since the beginning of the 20th century, was marked by social prejudices and institutionalized exclusion through Decree-Law No. 3,199/1941, which prohibited women from playing football for almost four decades. Despite legal and cultural repression, the sport survived in alternative circuits, such as amateur clubs, peripheral communities, and popular festivals, configuring forms of resistance that ensured the continuity of the sport. With the repeal of the prohibition in 1979, women's football began a process of reorganization and institutionalization, although still permeated by inequalities compared to men's football. The creation of championships, the inclusion of the national team in international competitions, and the visibility of outstanding athletes represented significant advances, but did not eliminate the structural challenges. Geographical analysis revealed that gender inequalities in sports are also manifested territorially, in the concentration of clubs in large urban centers and in the precariousness of opportunities in peripheral regions. The study, based on a qualitative literature review, shows that women's football in Brazil is more than a sporting practice: it is an expression of social, symbolic, and territorial disputes. Its barriers and triumphs reflect women's struggle to occupy spaces historically denied to them, reaffirming sport as a field of resistance and identity affirmation.

Keywords: Women's football. Geographic space. Gender. Barriers. Overcoming them.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REVISÃO DA LITERATURA	11
2.1 O futebol de mulheres no contexto histórico brasileiro	11
2.2 O decreto-lei de 1941 e a proibição da prática pelas mulheres	13
2.3 Práticas de resistência e a manutenção do futebol de mulheres durante a proibição	15
2.4 O processo de retomada e consolidação após 1979	18
2.5 O futebol feminino e a produção do território: consolidação de espacialidades e relações de poder	21
2.6 Levantamento de clubes femininos e a espacialização da modalidade no território brasileiro	22
3 A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO, ESPORTE E ESPAÇO GEOGRÁFICO	25
3.1 Desafios contemporâneos e perspectivas para o futebol de mulheres no Brasil	29
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

O futebol de mulheres no Brasil carrega uma trajetória marcada por lutas, interdições e resistências que transcendem os limites do campo esportivo. Mais do que uma modalidade esportiva, ele se tornou expressão cultural e política, refletindo disputas históricas em torno da participação das mulheres na sociedade. Durante grande parte do século XX, especialmente após o Decreto-Lei nº 3.199, de 1941, que proibia a prática do futebol por mulheres, o esporte de mulheres foi silenciado institucionalmente, o que consolidou barreiras simbólicas e materiais que dificultaram sua expansão (Bonfim, 2019; Ribeiro, 2022).

Apesar das restrições impostas, as mulheres mantiveram o futebol vivo em práticas marginais, festividades, clubes amadores e iniciativas comunitárias, revelando que a proibição não foi suficiente para suprimir a presença feminina nos campos (Goellner, 2021).

Na década de 1970, em meio a um processo de globalização cultural e de questionamento das estruturas de poder, o futebol de mulheres passou a ganhar maior visibilidade internacional, ainda que em condições desiguais em relação ao masculino (Costa, 2016). No Brasil, as décadas seguintes foram marcadas por tentativas de institucionalização, criação de clubes, campeonatos e seleções, mas também pela permanência de preconceitos, falta de investimentos e desigualdades de gênero (Kessler; Goellner, 2018). Esse percurso revela uma tensão permanente entre barreiras e superações, em que cada conquista das mulheres dentro do esporte representa também uma transformação simbólica nos modos de apropriação do espaço.

Ao analisar a história do futebol de mulheres a partir da geografia, compreende-se que o espaço não se limita a ser um simples cenário, mas constitui elemento fundamental e estruturante das práticas esportivas. O território brasileiro, com suas diferenças sociais, culturais e regionais, condicionou a formação de clubes. E também a desigual circulação de atletas e as oportunidades de desenvolvimento do futebol de mulheres — retrato da formação brasileira. Nesse sentido, a ciência geográfica se apresenta como um campo fértil para a investigação da dimensão espacial das desigualdades e das estratégias de resistência que marcam essa modalidade.

O futebol praticado por mulheres no Brasil, apesar de sua crescente visibilidade nas últimas décadas, ainda enfrenta inúmeros desafios ligados à desigualdade de gênero, ao preconceito histórico e à falta de investimentos. A trajetória dessa modalidade é marcada por períodos de proibição legal, como o Decreto-Lei nº 3.199 de 1941, que restringiu a prática esportiva pelas

mulheres durante quase quatro décadas (Bonfim, 2019; Ribeiro, 2022). Mesmo após a revogação dessa medida em 1979, as dificuldades de inserção das mulheres no espaço esportivo formal permaneceram, revelando a persistência de barreiras estruturais e culturais.

Surge a questão central que orienta este estudo: de que maneira as barreiras históricas impostas ao futebol de mulheres no Brasil influenciaram a sua consolidação e como as superações alcançadas se relacionam com a ocupação e ressignificação do espaço geográfico?

A relevância deste estudo se apoia na necessidade de compreender o futebol de mulheres não apenas como prática esportiva, mas como fenômeno social e geográfico. O esporte reflete e produz relações de poder, identidades e territorialidades, sendo fundamental analisar como a trajetória das mulheres nesse campo evidencia disputas pela ocupação de espaços tradicionalmente masculinos (Goellner, 2021; Costa, 2016).

Do ponto de vista acadêmico, esta pesquisa contribui para o fortalecimento do diálogo entre a geografia e os estudos de gênero, ao evidenciar como o espaço geográfico condiciona as práticas esportivas e, ao mesmo tempo, é transformado por elas. Já do ponto de vista social, investigar a história do futebol de mulheres e suas barreiras históricas permite valorizar a resistência das mulheres e fomentar debates sobre políticas públicas, inclusão e equidade no esporte (Kessler; Goellner, 2018).

Compreender as superações obtidas ao longo dessa trajetória é essencial para dimensionar os avanços conquistados, identificar os desafios persistentes e refletir sobre o papel do esporte na construção de sociedades mais justas e igualitárias.

A metodologia adotada neste estudo consiste em uma revisão da literatura de caráter qualitativo, fundamentada em análise bibliográfica e documental. Foram selecionados textos acadêmicos (artigos, dissertações e livros) que tratam do futebol de mulheres no Brasil, considerando produções nacionais e internacionais publicadas nos últimos anos.

Entre as obras que compõem a base teórica, destacam-se os estudos de Accocella (2021), Bonfim (2019), Costa (2016), Goellner (2021), Kessler e Goellner (2018) e Ribeiro (2022), que analisam tanto o período de proibição quanto os processos de resistência e institucionalização do futebol de mulheres. Esses trabalhos permitem compreender a historicidade do fenômeno, bem como as relações entre gênero, espaço e esporte.

O presente estudo tem como objetivo compreender as barreiras históricas e as superações que compõem a trajetória do futebol de mulheres no Brasil, relacionando-as com o espaço

geográfico e suas múltiplas dimensões. Ao retomar essa história, busca-se não apenas resgatar a memória de um esporte sistematicamente invisibilizado, mas também evidenciar como a luta das mulheres pelo direito de jogar futebol reflete, em última instância, disputas mais amplas pela ocupação e ressignificação de espaços sociais e culturais no país.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O futebol de mulheres no contexto histórico brasileiro

O futebol, introduzido no Brasil no final do século XIX, rapidamente se consolidou como um dos principais elementos da identidade cultural do país. Contudo, sua prática pelas mulheres não encontrou o mesmo reconhecimento e legitimidade, sendo constantemente marcada por barreiras sociais e culturais (Bonfim, 2019). Diferente do futebol masculino, que foi institucionalizado — ainda na década de 1930 — e exaltado como prática nacional, a partir de 1958, o de mulheres foi relegado à marginalidade.

Os primeiros registros de mulheres jogando futebol remontam à década de 1910, em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Essas iniciativas, entretanto, foram vistas com estranheza pela imprensa e pelas elites, que associavam o esporte à virilidade e ao universo masculino (Goellner, 2021). Esse processo reforçou a ideia de que o futebol não seria compatível com o “papel social” esperado das mulheres.

Ainda que houvesse práticas em clubes e praças, a participação das mulheres era constantemente deslegitimada por discursos médicos e morais, que apontavam supostos riscos à saúde reprodutiva das mulheres (Ribeiro, 2022). Essa narrativa teve forte impacto na consolidação de políticas públicas e na construção de estigmas que perduraram ao longo do século XX.

Ao mesmo tempo, o futebol de mulheres também se relacionava com processos sociais mais amplos, como o movimento de emancipação das mulheres no Brasil urbano-industrial da primeira metade do século XX (Costa, 2016). A prática esportiva foi interpretada como um gesto de ruptura e resistência em relação às normas patriarcais.

Os registros da imprensa da época mostram que, embora o futebol de mulheres fosse alvo de críticas, também despertava curiosidade e atraía público para as partidas, sobretudo em festivais beneficentes (Kessler; Goellner, 2018). Isso evidencia que o fenômeno possuía relevância social, ainda que fosse invisibilizado institucionalmente.

Segundo Accocella (2021), a distribuição espacial das práticas do futebol de mulheres no Brasil até o início da década de 1940 reflete desigualdades regionais e o próprio processo de urbanização do país. Nos grandes centros urbanos — especialmente Rio de Janeiro e São Paulo — a concentração populacional, a presença de clubes esportivos estruturados e a influência cultural

europeia favoreceram a formação das primeiras equipes femininas. De acordo com o IBGE (1940), mais de 31% da população brasileira já vivia em áreas urbanas, e cerca de 45% dessa população se concentrava nas regiões Sudeste e Sul, onde o futebol estava mais institucionalizado.

Em contrapartida, nas regiões Norte, Nordeste e em áreas rurais do interior, o país ainda apresentava uma economia essencialmente agrária e baixa densidade demográfica, o que dificultava o surgimento de clubes formais e o acesso das mulheres à prática esportiva. Nessas localidades, as partidas ocorriam de forma espontânea, em espaços comunitários e festas locais, muitas vezes sem qualquer reconhecimento institucional (Ribeiro, 2022).

Essa diferença espacial demonstra que o desenvolvimento do futebol de mulheres esteve diretamente ligado às transformações urbanas e à infraestrutura esportiva existente. Os centros urbanos concentravam estádios, ligas e imprensa, enquanto as periferias e zonas rurais se tornavam territórios de resistência e improvisação. Assim, compreender o período anterior à proibição de 1941 exige considerar a temporalidade do Brasil em processo de modernização: um país que, ao mesmo tempo em que se industrializava e expandia o futebol como símbolo nacional, mantinha a exclusão das mulheres tanto social quanto territorialmente.

A repressão e a marginalização do futebol de mulheres também foram acompanhadas por discursos de reforço da masculinidade no esporte. O futebol tornou-se símbolo da identidade nacional sobretudo entre as décadas de 1930 e 1940, quando o governo de Getúlio Vargas utilizou o esporte como instrumento de integração e construção da ideia de ‘brasilidade’, o futebol passou a representar o povo, a mestiçagem e o orgulho nacional, mas sob uma perspectiva essencialmente masculina. As mulheres, embora também praticassem o esporte em diversas regiões, foram excluídas desse projeto simbólico e político, o que reforçou a associação entre futebol e virilidade — elementos centrais da identidade nacional construída à época (Goellner, 2021; Ribeiro, 2022). Essa exclusão teve efeitos duradouros, dificultando a entrada das mulheres no cenário esportivo oficial.

Ainda assim, as mulheres não deixaram de praticar futebol, demonstrando uma resistência silenciosa que se manifestava em diferentes territórios. Essas práticas, embora pouco reconhecidas, foram essenciais para a manutenção da modalidade até sua posterior institucionalização (Bonfim, 2019).

Estudos recentes apontam que a invisibilização histórica do futebol de mulheres tem raízes estruturais, relacionadas a desigualdades de gênero e ao próprio projeto de modernização do Brasil,

que associava a mulher à esfera doméstica (Ribeiro, 2022). Essa realidade foi reproduzida por décadas, consolidando estereótipos e barreiras sociais.

A história inicial do futebol de mulheres, portanto, deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de exclusão das mulheres de espaços de visibilidade social. Ao mesmo tempo, revela-se como campo fértil de resistência, já que, mesmo em condições adversas, a prática não foi extinta (Costa, 2016).

Esse cenário prepara o terreno para compreender a posterior institucionalização do futebol mulheres no Brasil. Reconhecer a historicidade do fenômeno é essencial para situar os desafios contemporâneos em uma perspectiva de longa duração (Goellner, 2021).

O contexto histórico inicial do futebol de mulheres no Brasil não deve ser visto apenas como um passado de restrições, mas também como o início de uma trajetória marcada por disputas simbólicas e espaciais que continuam a influenciar a modalidade até os dias de hoje.

2.2 O decreto-lei de 1941 e a proibição da prática pelas mulheres

O Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, foi um marco de repressão na história do futebol de mulheres no Brasil. Instituído durante o governo Vargas, ele proibiu explicitamente que mulheres praticassem esportes considerados “incompatíveis com a sua natureza”, entre os quais se incluía o futebol (Ribeiro, 2022). Essa medida refletia uma visão biologizante e sexista do corpo de mulheres, associando-o exclusivamente à maternidade e à fragilidade.

A justificativa apresentada na época estava fortemente vinculada a discursos médicos e higienistas, que afirmavam que o futebol poderia comprometer a saúde reprodutiva das mulheres (Goellner, 2021). Assim, o esporte foi alçado à condição de ameaça ao papel social das mulheres, legitimando a exclusão das mulheres dos espaços esportivos institucionais.

Para Bonfim (2019), a promulgação da lei foi resultado de pressões políticas e culturais, mas também de uma estratégia de controle social, que visava enquadrar o corpo das mulheres dentro de normas de comportamento conservadoras. Nesse sentido, a proibição não se restringiu ao esporte, mas dialogou com o projeto mais amplo de disciplinamento de gênero promovido durante o Estado Novo (1937 - 1945), quando o governo Vargas buscava moldar a sociedade segundo valores moralistas, higienistas e nacionalistas. A mulher era idealizada como mãe, esposa e cuidadora do lar — um papel compatível com a ordem patriarcal e com o discurso de construção

da “família brasileira”. Assim, o controle sobre o corpo feminino no esporte fazia parte de uma política simbólica que reforçava a submissão e a exclusão das mulheres de espaços públicos de visibilidade.

Apesar de a lei não ter sido amplamente fiscalizada em todas as regiões do país, ela produziu um impacto simbólico profundo. Muitos clubes deixaram de organizar partidas femininas, e a modalidade foi praticamente invisibilizada pela mídia esportiva oficial (Costa, 2016). Isso reforçou a ideia de que o futebol não era um espaço legítimo para as mulheres.

A proibição também gerou desigualdades de acesso espacial. Enquanto homens ocupavam estádios e centros esportivos com apoio institucional, as mulheres passaram a jogar em espaços periféricos, como campos improvisados, praças e comunidades locais (Accocella, 2021). Essa segregação territorial reflete o entrelaçamento entre política pública, gênero e geografia, uma vez que a exclusão das mulheres dos campos oficiais deslocou suas práticas para espaços periféricos e improvisados, evidenciando como as decisões políticas e os estigmas de gênero moldam concretamente a organização e a ocupação do espaço.

A imposição legal, contudo, não conseguiu eliminar totalmente o futebol de mulheres. De acordo com Goellner (2021), o decreto fortaleceu práticas de resistência, em que mulheres continuaram a jogar clandestinamente, seja em clubes pequenos, seja em eventos comunitários. Essas práticas mantiveram viva a cultura futebolística entre mulheres, mesmo diante da repressão estatal.

O impacto da proibição também se estendeu à memória esportiva do país. Durante décadas, o futebol de mulheres esteve ausente dos registros oficiais, como federações e confederações. Essa invisibilidade histórica é resultado direto do decreto-lei que institucionalizou a exclusão (Ribeiro, 2022).

Para Kessler e Goellner (2018), a lei também consolidou representações sociais negativas do futebol de mulheres, reforçando preconceitos de que elas seriam incapazes de desempenhar o esporte com a mesma competência que os homens. Tais representações persistem até os dias atuais, mesmo após a revogação da medida.

A vigência da proibição também evidencia como o espaço geográfico atua na construção de desigualdades. Ao impedir o acesso das mulheres aos campos oficiais, o decreto não apenas instituiu uma barreira legal, mas funcionou como uma norma social e espacial, naturalizando a exclusão das mulheres e reforçando padrões de gênero. Nesse sentido, a norma não se restringe ao

aspecto jurídico, mas se materializa no território, delimitando quem pode ou não ocupar determinados espaços, o que colocou as práticas femininas nas margens do sistema esportivo (Accocella, 2021).

Embora revogado apenas em 1979, os efeitos da lei ultrapassaram esse marco temporal. A ausência de investimentos, infraestrutura e reconhecimento institucional prolongou-se por décadas, colocando o futebol de mulheres em desvantagem histórica em relação ao de homens (Bonfim, 2019).

A análise da proibição mostra, portanto, que o futebol de mulheres não foi simplesmente uma prática esportiva marginalizada por preconceito cultural, mas alvo de uma política deliberada de exclusão. Tal realidade torna-se fundamental para compreender as barreiras históricas que ainda hoje dificultam sua consolidação no Brasil (Goellner, 2021).

O decreto de 1941 deve ser entendido não apenas como um instrumento jurídico, mas como uma manifestação simbólica do patriarcado na estrutura esportiva brasileira, cujas marcas continuam presentes na desigualdade entre futebol de homens e mulheres

2.3 Práticas de resistência e a manutenção do futebol de mulheres durante a proibição

A proibição do futebol praticado por mulheres pelo Decreto-Lei nº 3.199/1941 não impediu totalmente a prática da modalidade no Brasil. Pelo contrário, abriu espaço para múltiplas formas de resistência que mantiveram viva a presença das mulheres nos campos, ainda que em condições adversas (Bonfim, 2019). Essas práticas representaram não apenas um enfrentamento à legislação vigente, mas também um gesto simbólico de ocupação de espaços interditados.

Mesmo sem o reconhecimento oficial, muitas mulheres continuaram a jogar em clubes pequenos e ligas informais. Segundo Goellner (2021), em diferentes regiões do país, equipes de mulheres se reuniam em festas comunitárias, campeonatos beneficentes e torneios clandestinos. Esses eventos, embora invisibilizados pela mídia hegemônica, demonstram a persistência da modalidade em meio ao silenciamento institucional.

Figura 1 – Mulheres jogando futebol em campo comunitário no Brasil, na década de 1940.



Fonte: Acervo Dibradoras / Diário da Noite (1940).

Para Ribeiro (2022), o futebol de mulheres sobreviveu nesse período principalmente em territórios periféricos, distantes dos grandes centros esportivos. Nessas localidades, as partidas eram organizadas em campos improvisados, revelando como o espaço influenciou diretamente a manutenção da modalidade. Essa descentralização da prática reforça a ideia de que as resistências se articularam de forma localizada e comunitária.

A prática clandestina também se associou a festas populares e eventos culturais. Segundo Costa (2016), era comum que jogos das mulheres fossem incluídos em programações festivas para atrair público, ainda que fossem apresentados em tom de curiosidade ou espetáculo. Mesmo nesse formato, tais momentos serviram para reafirmar a presença das mulheres no futebol.

As resistências também se manifestaram na imprensa alternativa e em registros fotográficos de partidas organizadas em bairros suburbanos. Esses materiais, analisados por Bonfim (2019), revelam que o futebol de mulheres, embora marginalizado, não deixou de existir. A documentação histórica demonstra que a modalidade nunca foi totalmente apagada, mas sim mantida em circuitos paralelos.

Outra forma de resistência foi a constituição de equipes organizadas em clubes não oficiais. Goellner (2021) destaca que, nos anos 1950 e 1960, surgiram formações que disputavam partidas

amistosas, muitas vezes contra equipes masculinas juvenis. Essas iniciativas ajudaram a manter a prática viva e, em alguns casos, despertaram interesse de patrocinadores locais.

Além disso, a resistência não foi apenas prática, mas também simbólica. Jogar futebol durante a proibição representava um gesto de afirmação de identidade e de ruptura com normas de gênero impostas pelo Estado. Para Kessler e Goellner (2018), cada partida clandestina pode ser entendida como um ato político de contestação ao patriarcado esportivo.

Os relatos de ex-jogadoras indicam que a motivação para continuar jogando estava ligada não apenas ao prazer pelo esporte, mas também ao desejo de reconhecimento social. Segundo Ribeiro (2022), muitas mulheres viam no futebol uma forma de se afirmar em contextos de exclusão, mostrando que eram capazes de ocupar espaços negados.

Essa resistência também se conecta a processos de organização futura. Bonfim (2019) argumenta que as redes criadas por essas jogadoras e clubes clandestinos foram fundamentais para a retomada do futebol de mulheres após a revogação da proibição em 1979. Assim, as práticas de resistência não foram apenas temporárias, mas estruturam a base para a consolidação posterior.

O espaço novamente aparece como elemento central nessa trajetória. Accocella (2021) destaca que a manutenção do futebol de mulheres ocorreu de forma desigual no território brasileiro, com maior intensidade em áreas urbanas onde havia maior circulação de ideias progressistas e maior disponibilidade de espaços de lazer comunitários.

A análise desse período revela que a resistência feminina não foi uniforme, mas múltipla, variando conforme as condições sociais, culturais e espaciais de cada região. Ainda assim, em todas as manifestações, havia um denominador comum: a insistência em jogar futebol, mesmo diante de proibições e estigmas (Goellner, 2021).

As práticas de resistência durante a proibição configuram um capítulo essencial na história do futebol de mulheres no Brasil. Elas demonstram que, apesar da repressão legal e simbólica, as mulheres nunca deixaram de ocupar os campos, transformando o esporte em espaço de contestação e afirmação de identidade.

2.4 O processo de retomada e consolidação após 1979

A revogação da proibição do futebol de mulheres no Brasil ocorreu em 1979, por meio da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Desportos (CND), que extinguiu a aplicação do artigo 54

do Decreto-Lei nº 3.199/1941, responsável por vedar a prática de determinadas modalidades pelas mulheres. Esse ato normativo não surgiu de forma espontânea, mas foi resultado de um contexto político marcado pela abertura gradual do regime militar e pelas pressões de movimentos feministas e de atletas que reivindicavam igualdade no acesso ao esporte (Bonfim, 2019; Goellner, 2021).

Após quase quatro décadas de restrição, as mulheres puderam praticar futebol de maneira oficial, embora a revogação não tenha vindo acompanhada de políticas estruturantes ou de investimentos consistentes. Assim, a retomada significou mais um marco simbólico do que uma verdadeira reorganização da modalidade, iniciando uma trajetória lenta e marcada por avanços e retrocessos (Ribeiro, 2022).

Segundo Bonfim (2019), a revogação foi resultado de pressões sociais e da influência de movimentos feministas que, no período de abertura política do país, lutavam pela ampliação dos direitos das mulheres. Nesse contexto, o futebol de mulheres passou a ser reivindicado como prática legítima e como expressão de cidadania.

Entretanto, mesmo após a revogação, as condições para a prática do futebol de mulheres permaneceram precárias. Como observa Goellner (2021), faltavam campeonatos estruturados, apoio financeiro e cobertura midiática. A ausência de políticas públicas específicas fez com que a modalidade se desenvolvesse de maneira desigual, muitas vezes dependendo de iniciativas isoladas de clubes e comunidades.

Na década de 1980, algumas federações estaduais começaram a organizar campeonatos para mulheres, ainda que de forma esporádica. Essas competições representaram as primeiras tentativas de institucionalizar a modalidade, mas eram marcadas por improvisações e baixa regularidade (Kessler; Goellner, 2018). Mesmo assim, foram fundamentais para dar visibilidade às jogadoras e iniciar processos de organização coletiva.

O reconhecimento oficial pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) só ocorreu em 1983, quando a entidade passou a incluir o futebol de mulheres em sua estrutura. Contudo, como destaca Costa (2016), essa inclusão foi mais formal que efetiva, já que a CBF não destinava recursos significativos nem oferecia suporte estrutural para o desenvolvimento da modalidade.

A realização de competições internacionais também contribuiu para a consolidação do futebol de mulheres. Em 1988, a FIFA organizou um torneio experimental na China, que serviu de preparação para a primeira Copa do Mundo Feminina, realizada em 1991 (Goellner, 2021). O Brasil

participou dessas iniciativas, o que estimulou a criação de uma seleção nacional, embora ainda com condições de treinamento bastante limitadas.

Durante a década de 1990, a seleção começou a ganhar destaque internacional, principalmente com atletas como Sissi e Pretinha, que participaram da Copa de 1999 e conquistaram visibilidade mundial (Ribeiro, 2022). Esse período representou um ponto de inflexão, pois demonstrou que as jogadoras brasileiras possuíam talento comparável aos homens mesmo em condições desiguais de preparação.

Ainda assim, os avanços foram acompanhados de muitas dificuldades. Bonfim (2019) ressalta que a modalidade ainda sofria com preconceitos sociais e falta de apoio institucional, o que dificultava a profissionalização das jogadoras. Muitas delas precisavam conciliar a prática esportiva com outros trabalhos para garantir sua subsistência.

Na década de 2000, a visibilidade do futebol de mulheres aumentou significativamente com a ascensão de Marta, considerada uma das maiores jogadoras da história. Sua projeção internacional, com prêmios da FIFA e reconhecimento mundial, colocou o Brasil em posição de destaque no cenário global (Goellner, 2021). Ao mesmo tempo, reforçou a necessidade de maiores investimentos na base e na formação de novas atletas.

Accocella (2021) observa que a distribuição espacial dos clubes de futebol feminino nesse período ainda refletia profundas desigualdades regionais. Enquanto grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro concentravam equipes estruturadas, regiões periféricas contavam com pouca ou nenhuma representatividade. Essa disparidade geográfica, como analisa Santos (2008), é consequência da forma desigual de organização do território brasileiro, marcada pela concentração histórica de infraestrutura, investimentos e meios técnicos nos grandes centros urbanos.

Segundo o autor, o território nacional é resultado de diferentes ‘temporalidades’ do desenvolvimento, em que coexistem áreas modernizadas, dotadas de equipamentos, capital e comunicação, e áreas atrasadas, carentes de recursos e de visibilidade social (Santos, 2012). No contexto do futebol feminino, essa lógica se manifesta na concentração de clubes, federações e incentivos econômicos nas regiões Sudeste e Sul, enquanto o Norte e o Nordeste permanecem marginalizados do circuito esportivo formal. A desigualdade espacial não se explica apenas pela ausência de clubes, mas pela própria estrutura do território, que reproduz relações de poder e hierarquias socioeconômicas. A leitura geográfica proposta por Milton Santos ajuda a compreender que o espaço não é neutro: ele é produzido por relações históricas e políticas que determinam quem

tem acesso a recursos e quem permanece à margem. Dessa forma, o futebol feminino é também reflexo da organização desigual do espaço brasileiro, onde o centro concentra as oportunidades e a periferia abriga as práticas de resistência.

A consolidação do futebol de mulheres, portanto, não pode ser vista como um processo linear. Houve avanços importantes, como a institucionalização de campeonatos e a criação de seleções nacionais, mas também retrocessos, marcados por negligência institucional e desigualdade de investimentos (Kessler; Goellner, 2018).

A retomada após 1979 deve ser compreendida como um período de transição, no qual a modalidade deixou de ser proibida, mas não alcançou ainda um patamar de igualdade em relação ao futebol masculino. Essa trajetória evidencia a importância de analisar não apenas os marcos legais, mas também os contextos sociais, culturais e espaciais que moldaram o desenvolvimento do futebol de mulheres no Brasil.

Mesmo diante de um cenário social que restringia sua participação, as mulheres encontraram estratégias para permanecer no futebol, produzindo usos alternativos do território que escapavam às normas instituídas. Ao ocupar campos periféricos, terrenos baldios, praças de bairro e clubes amadores, elas criaram microterritórios de resistência, nos quais a prática esportiva se mantinha viva apesar das barreiras legais e culturais. Esses espaços, muitas vezes invisíveis para o Estado e para a mídia, tornaram-se essenciais para a continuidade do futebol feminino, pois permitiam às jogadoras desenvolver habilidades, fortalecer vínculos comunitários e afirmar sua presença no esporte em um contexto de vigilância e censura. Como diria Santos (2008), são esses “espaços opacos”, longe da lógica oficial, que acolhem práticas subversivas e possibilitam a criação de outras geografias possíveis.

A permanência das mulheres no futebol revela uma disputa simbólica sobre quem pode ocupar determinados espaços sociais. O esporte, tradicionalmente associado à virilidade masculina, tornou-se um território tensionado pela presença feminina, que questionava normas históricas de gênero. Assim, resistir não significou apenas continuar jogando, mas também confrontar um imaginário cultural que deslegitimava suas práticas e julgava seus corpos como inadequados para o esporte. Esse processo evidencia que a permanência das mulheres no futebol é, antes de tudo, uma ação política, pois desafia estruturas patriarcais que tentam controlar a circulação dos corpos femininos e regular seu comportamento no espaço público, as resistências revelam que o território

esportivo é continuamente produzido e negociado, sendo a prática feminina um dos elementos fundamentais na transformação desse espaço ao longo do tempo.

2.5 O futebol feminino e a produção do território: consolidação de espacialidades e relações de poder

Embora a prática do futebol feminino no Brasil seja frequentemente analisada a partir de perspectivas históricas, sociais ou culturais, sua compreensão plena exige uma leitura geográfica que considere como essa modalidade se insere na produção do território. Conforme destaca Santos (2008), o território não é apenas a porção material do espaço, mas o conjunto indissociável de objetos e ações, marcado por relações de poder, usos desiguais e disputas simbólicas. Nesse sentido, compreender o futebol feminino implica reconhecer que sua trajetória sempre esteve condicionada pelas formas específicas de apropriação e controle do território brasileiro.

Desde as primeiras aparições do futebol jogado por mulheres, no início do século XX, observa-se que os espaços de prática não eram neutros: estavam distribuídos de maneira desigual entre grandes centros urbanos, que concentravam infraestrutura esportiva, clubes, imprensa e circulação de pessoas, e regiões periféricas, onde o acesso aos equipamentos esportivos era limitado. Essa desigualdade territorial influenciou diretamente a visibilidade, a organização e a permanência da modalidade. A proibição oficial de 1941 reforçou essa dimensão territorial, operando como um mecanismo estatal que restringiu o uso dos espaços públicos pelas mulheres ao mesmo tempo em que reafirmou o domínio masculino sobre o território esportivo.

A noção de território também se manifesta na disputa por legitimidade e reconhecimento. O fato de que grandes arenas esportivas foram historicamente reservadas ao futebol masculino demonstra como o território é regulado por normas, valores e interesses que definem quem pode ocupar determinados espaços. A invisibilização midiática e a concentração dos clubes em poucas regiões do país reforçam esse processo, pois, como apontam Costa (2016) e Accocella (2021), a circulação desigual de recursos e de informação cria hierarquias territoriais que afetam diretamente a experiência das atletas e o desenvolvimento do esporte.

Ao mesmo tempo, resistências emergem nos interstícios do território. Em praças, campos improvisados, clubes comunitários e escolinhas locais, as mulheres constroem outras espacialidades possíveis, produzindo microterritórios de afirmação e pertencimento. Esses espaços

alternativos revelam que o território não é apenas imposto, mas também vivido, apropriado e ressignificado pelos sujeitos que o ocupam.

Analisar o futebol feminino a partir da geografia permite compreender como a modalidade produz e é produzida pelo território, evidenciando que os desafios enfrentados pelas mulheres no esporte, acesso, visibilidade, permanência e reconhecimento — são também desafios territoriais. A prática esportiva, nesse caso, não é apenas corpo e movimento: é, sobretudo, disputa por espaço, poder e existência dentro de um território historicamente marcado por desigualdades de gênero.

2.6 Levantamento de clubes femininos e a espacialização da modalidade no território brasileiro

A compreensão da história do futebol feminino no Brasil exige não apenas a análise de narrativas e marcos legais, mas também um levantamento sistemático dos clubes que compõem essa modalidade ao longo do tempo. A partir das primeiras experiências de equipes formadas de maneira informal em clubes recreativos e ligas amadoras, ainda na primeira metade do século XX, até a estruturação recente de campeonatos nacionais organizados pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), observa-se uma ampliação gradual do número de times, bem como mudanças na sua distribuição territorial (Accocella, 2021). Esse processo revela como o futebol de mulheres foi se institucionalizando de forma desigual no país, acompanhando as assimetrias regionais já presentes na organização do território brasileiro.

Com a criação do Campeonato Brasileiro Feminino na década de 2010 e sua consolidação nas séries A1 e A2, passou a ser possível observar, de maneira mais clara, a presença de clubes femininos vinculados a grandes instituições esportivas e a times tradicionais do futebol masculino. Em 2024, por exemplo, a Série A1 contou com 16 equipes distribuídas por diferentes estados, incluindo Corinthians, Palmeiras, Ferroviária, Flamengo, Internacional, Grêmio, Cruzeiro, Santos e outros clubes de expressão nacional, o que evidencia a crescente inserção da modalidade no circuito oficial do futebol brasileira. No entanto, a existência de equipes em competição não esgota o universo de clubes femininos, uma vez que há também uma vasta rede de times amadores, varzeanos e comunitários que permanecem à margem das estatísticas oficiais.

Estudos recentes têm buscado mapear essas experiências “das margens”. Pesquisas como a de Martins (2024), ao analisar as experiências de mulheres no futebol em diferentes regiões do

país, e de projetos de extensão que mapeiam o futebol varzeano feminino na Região Metropolitana de São Paulo, demonstram que há uma multiplicidade de clubes e equipes que não aparecem nos rankings da CBF, mas que são fundamentais para a formação de jogadoras e para a manutenção da prática em contextos populares. Esses levantamentos ampliam o olhar para além das elites esportivas, permitindo compreender o futebol feminino como fenômeno territorialmente capilarizado, ainda que desigualmente.

Nesse sentido, a elaboração de um mapa da espacialização dos clubes femininos no Brasil não é apenas um recurso ilustrativo, mas um instrumento analítico central. Tal mapa permitiria visualizar a concentração de equipes nas regiões Sul e Sudeste — onde se localizam a maior parte dos clubes que disputam as principais competições nacionais — em contraste com a menor presença de times no Norte e em partes do Nordeste, confirmando o diagnóstico de que o futebol de mulheres acompanha a lógica desigual de desenvolvimento do território. Além disso, um mapeamento que inclua clubes profissionais, semiprofissionais e amadores evidenciaria as diferentes escalas da modalidade, articulando o alto rendimento, o futebol de base e as práticas comunitárias.

A proposta de um mapa dessa natureza dialoga diretamente com a perspectiva de Milton Santos (2008), para quem o território deve ser lido como um conjunto de fixos e fluxos, no qual se distribuem de forma desigual os sistemas de objetos (como estádios, centros de treinamento, campos) e de ações (como campeonatos, projetos sociais e iniciativas de formação). Ao espacializar os clubes femininos, seria possível observar onde se concentram os investimentos, quais regiões funcionam como polos de atração de talentos e quais áreas permanecem como zonas de invisibilidade esportiva. Tal leitura reforça a ideia de que a presença ou ausência de clubes em determinado lugar não é resultado do acaso, mas da maneira como o território é produzido por relações históricas, econômicas e políticas.

Além disso, um levantamento ampliado de clubes femininos ao longo da história permitiria estabelecer linhas de continuidade e ruptura entre os diferentes períodos analisados: o momento anterior à proibição, a fase da proibição (1941–1979), a retomada pós-revogação e a consolidação recente dos campeonatos nacionais. Identificar quais clubes surgiram, desapareceram ou se mantiveram ao longo dessas fases seria uma forma de materializar, no espaço e no tempo, as resistências e permanências discutidas teoricamente nos tópicos anteriores. Isso também possibilitaria reconhecer a importância de clubes pioneiros, muitas vezes de pequena expressão

midiática, mas de grande relevância para as comunidades locais e para a história do futebol feminino.

Ao incorporar um mapa da espacialização dos times femininos no país, o trabalho atenderia à crítica apontada no parecer, aproximando de forma mais consistente a discussão entre futebol feminino e espaço geográfico. A visualização cartográfica dos dados permitiria que o leitor percebesse, de imediato, a concentração regional de clubes, os vazios territoriais e as áreas de expansão recente da modalidade. Assim, o levantamento de dados e a construção de um mapa temático não apenas complementariam a análise qualitativa, como a tornariam mais robusta, reforçando a centralidade do território na compreensão das barreiras e superações que marcam a história do futebol feminino no Brasil.

3 A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO, ESPORTE E ESPAÇO GEOGRÁFICO

O espaço é mais do que o cenário onde as práticas esportivas se realizam; ele é produto e produtor de relações sociais. No caso do futebol praticado por mulheres essa relação é atravessada por desigualdades de gênero, que condicionam os modos de acesso, permanência e reconhecimento das mulheres nos campos esportivos (Goellner, 2021). Assim, a análise geográfica do fenômeno permite compreender como as barreiras históricas não se limitaram a normas legais, mas se materializaram em territórios concretos.

De acordo com Accocella (2021), a distribuição espacial do futebol de mulheres no Brasil evidencia fortes desigualdades regionais. Enquanto os grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, concentraram clubes e competições, em regiões mais periféricas a prática se manteve de forma amadora e comunitária. Essa disparidade reforça a importância do espaço como categoria analítica para compreender as oportunidades desiguais oferecidas às jogadoras.

O espaço esportivo é, historicamente, masculinizado. Bonfim (2019) argumenta que, desde a institucionalização do futebol no Brasil, os estádios e clubes foram pensados como locais de reafirmação da masculinidade. Dessa forma, a entrada das mulheres nesses espaços sempre foi vista como uma invasão, o que reforça a necessidade de analisar o esporte como campo de disputa territorial e simbólica.

A marginalização do futebol de mulheres também se expressa na precariedade dos espaços destinados a elas. Em muitos casos, partidas eram realizadas em horários secundários ou em campos improvisados, enquanto os melhores locais eram reservados ao futebol de homens (Ribeiro, 2022). Essa diferença espacial simboliza a desigualdade de reconhecimento e investimento.

Para Costa (2016), o espaço atua como marcador de poder nas práticas esportivas. As mulheres, ao conquistarem acesso a campos oficiais e estádios, não apenas ampliam a visibilidade da modalidade, mas também desafiam uma estrutura social que tradicionalmente lhes negou esse direito. Nesse sentido, cada conquista espacial é também um gesto político.

O gênero, enquanto categoria de análise, permite entender que o futebol de mulheres é atravessado por normas sociais que definem onde e como as mulheres podem jogar. Kessler e Goellner (2018) ressaltam que a segregação dos espaços esportivos é reflexo de uma lógica patriarcal que naturaliza a presença masculina e marginaliza a feminina.

Além disso, a relação entre esporte e espaço pode ser vista na apropriação simbólica dos territórios. Para muitas jogadoras, ocupar um estádio significa mais do que disputar uma partida; significa afirmar sua existência em um espaço historicamente negado (Goellner, 2021). Essa dimensão simbólica é central para compreender a luta das mulheres no futebol.

A análise espacial também evidencia o papel das periferias na manutenção do futebol de mulheres. Segundo Ribeiro (2022), comunidades locais e bairros populares foram fundamentais para a sobrevivência da modalidade durante os períodos de proibição e invisibilidade. Esses espaços funcionaram como territórios de resistência e preservação cultural.

“No cenário contemporâneo, a geografia do futebol de mulheres revela avanços importantes, como a realização de jogos em grandes arenas e a ampliação da cobertura midiática, mas ainda reflete desigualdades estruturais. Accocella (2021) demonstra que a maior parte das atletas profissionais brasileiras nasce em regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), evidenciando que o espaço de origem influencia diretamente suas trajetórias esportivas. Essa constatação reforça a ideia de que o território brasileiro continua marcado por uma organização desigual, em que o acesso a infraestrutura esportiva, programas de formação e oportunidades profissionais está concentrado nos grandes centros urbanos.

Sob a perspectiva de Santos (2008), o espaço deve ser entendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações — isto é, como resultado das relações sociais, econômicas e tecnológicas que se materializam territorialmente. Assim, as regiões de baixo IDHM não se caracterizam apenas pela ausência de recursos, mas pela limitação das possibilidades de ação social. No caso do futebol feminino, isso se traduz na escassez de campos adequados, técnicos qualificados e competições de base, o que obriga muitas jogadoras a migrarem para centros mais desenvolvidos em busca de reconhecimento e ascensão.

Esses deslocamentos evidenciam, conforme Santos (2012), o fenômeno da *metrópole concentradora*, no qual as grandes cidades se tornam polos de oportunidades, enquanto o interior permanece como espaço de invisibilidade esportiva. Essa dinâmica territorial cria uma geografia da esperança e da desigualdade: as atletas oriundas de contextos vulneráveis veem no futebol uma chance de mobilidade social, mas enfrentam barreiras estruturais para alcançar a profissionalização.

A mídia esportiva funciona como aparelho de produção de espacialidades, na medida em que decide quais partidas serão exibidas, quais arenas receberão maior cobertura e, consequentemente, quais regiões do país entram ou permanecem fora da visibilidade coletiva. Conforme destaca Costa (2016), essa visibilidade está fortemente concentrada nos grandes centros urbanos, o que automaticamente relega os clubes regionais e as jogadoras de menor expressão a uma posição de invisibilidade dentro do sistema esportivo nacional.

Os dados do relatório Relatório das Transmissões de Futebóis 2012-2024, produzido pelo Observatório das Transmissões de Futebóis (2024), mostram que, até 2012, praticamente não havia exibição de torneios de futebol feminino no Brasil de forma sistemática. De acordo com o Intervezes (2023), as transmissões aumentaram nas últimas temporadas, impulsionadas pela

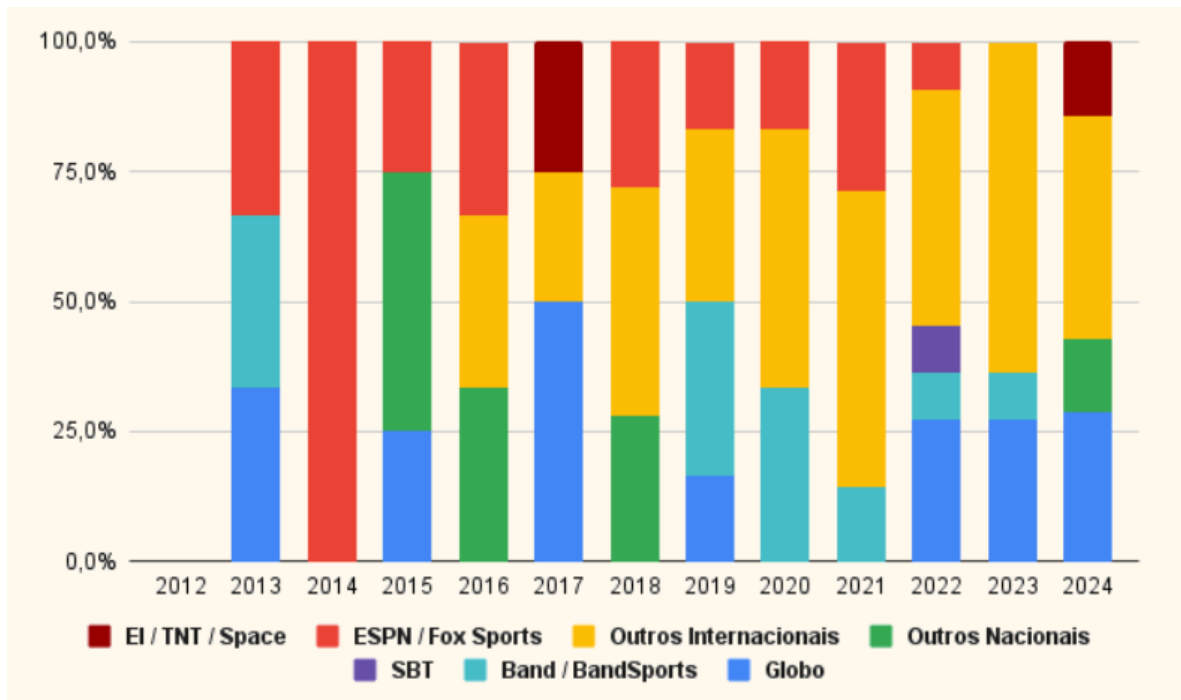
internet e pelos serviços de streaming, mas a cobertura segue concentrada em determinadas regiões e plataformas, o que mantém as desigualdades territoriais. Já em 2022, nove empresas exibiram cinco campeonatos diferentes, incluindo torneios internacionais, nacionais e estaduais, o que representa avanço, mas ainda indica que a cobertura segue restrita a determinados polos e estruturas midiáticas (Observatório das Transmissões de Futebóis, 2024).

Essa situação evidencia duas dimensões fundamentais: (1) o centro de decisão midiático e de mercado permanece nas grandes metrópoles, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, onde se concentram recursos financeiros, audiência e infraestrutura técnica; (2) as periferias territoriais, regionais, estados menos ricos e zonas rurais — têm menor densidade de cobertura, o que gera um tipo de “geografia da invisibilidade”. Essa expressão remete ao modo como o espaço se organiza para não ver determinadas práticas esportivas (Santos, 2008).

Do ponto de vista teórico, pode-se recorrer à noção de Santos (2008) sobre a produção do espaço: ele não é neutro, mas resultado de relações sociais, econômicas e simbólicas. As transmissões televisivas, sendo parte do dispositivo midiático-esportivo, moldam o território simbólico do futebol feminino. Ou seja, ao escolher quais jogos exibir e quais arenas ocupam o calendário televisivo, a mídia participa da constituição de hierarquias territoriais, definindo quais espaços importam e quais permanecem marginais (Santos, 2012).

Conforme mostra a Figura 1, a cobertura midiática do futebol feminino no Brasil teve um crescimento expressivo nas últimas décadas. Enquanto em 2012 não havia torneios televisionados, em 2022 nove empresas exibiram cinco campeonatos distintos, nacionais, internacionais e estaduais, consolidando o papel das plataformas digitais (YouTube, CazéTV) na difusão da modalidade. Ainda assim, o relatório destaca que a maioria das transmissões se concentra nas regiões Sudeste e Sul, revelando a permanência de assimetrias territoriais e de acesso à visibilidade esportiva.

Figura 2. Relatório das Transmissões de Futebóis 2012–2024.



Fonte: https://observatoriodefutebois.com.br/futebol-de-mulheres/?utm_source=chatgpt.com, 2025.

A relação entre gênero, esporte e espaço geográfico deve ser entendida de forma dialética: o espaço condiciona a prática esportiva, mas também é transformado por ela. A presença feminina no futebol redefine usos e significados dos territórios, rompendo com padrões excludentes e produzindo novas formas de sociabilidade (Goellner, 2021).

Compreender a trajetória do futebol de mulheres no Brasil exige uma leitura geográfica que considere não apenas a história da modalidade, mas também os espaços em que ela foi reprimida, resistiu e se consolidou. Essa abordagem permite evidenciar as conexões entre desigualdade de gênero e desigualdade espacial, fundamentais para analisar os desafios e conquistas da modalidade.

3.1 Desafios contemporâneos e perspectivas para o futebol de mulheres no Brasil

O futebol de mulheres brasileiro, apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, ainda enfrenta desafios estruturais e culturais que limitam sua consolidação. Embora a modalidade tenha ganhado maior visibilidade a partir dos anos 2000, especialmente com a projeção

internacional de jogadoras como Marta, Formiga e Cristiane, persistem desigualdades significativas em comparação ao futebol praticado por homens (Goellner, 2021).

Um dos principais desafios atuais é a desigualdade salarial e de condições de trabalho. Enquanto atletas homens recebem salários milionários e contam com infraestrutura de ponta, as mulheres frequentemente enfrentam contratos precários e necessidade de conciliar a carreira esportiva com outras atividades profissionais (Ribeiro, 2022). Essa disparidade econômica reflete a persistência de estigmas de gênero e a falta de investimento institucional.

Outro obstáculo relevante é a falta de investimento na formação de base. Bonfim (2019) observa que muitas jovens jogadoras não encontram categorias destinadas a mulheres em clubes, sendo obrigadas a treinar em equipes dos homens até determinada idade. Essa lacuna compromete o desenvolvimento técnico e a criação de uma estrutura sólida para o futuro da modalidade.

A cobertura midiática também constitui um desafio central. Apesar de avanços recentes, como a transmissão de campeonatos de mulheres em canais de TV aberta e plataformas digitais, a exposição ainda é limitada. Costa (2016) argumenta que a mídia esportiva desempenha papel essencial na legitimação da modalidade e que sua ausência histórica contribuiu para a invisibilidade do futebol de mulheres.

No campo das políticas públicas, embora haja iniciativas voltadas para a equidade no esporte, sua implementação é fragmentada e insuficiente. Kessler e Goellner (2018) destacam que a ausência de planos nacionais consistentes para o desenvolvimento do futebol de mulheres perpetua desigualdades regionais e limita o crescimento da modalidade em áreas periféricas.

Apesar dos obstáculos, há perspectivas positivas. A criação de campeonatos nacionais regulares, como o Campeonato Brasileiro De mulheres Série A1 e A2, fortaleceu a estrutura competitiva da modalidade e ampliou sua visibilidade (Ribeiro, 2022). Esses torneios representam avanços significativos em comparação com a irregularidade das competições anteriores.

A valorização internacional das jogadoras brasileiras também contribuiu para o fortalecimento da modalidade. Marta, em especial, tornou-se símbolo de resistência e excelência, inspirando novas gerações e atraindo atenção global para o futebol de mulheres no Brasil (Goellner, 2021). Essa representatividade é essencial para desconstruir preconceitos e incentivar a participação feminina.

Outro avanço importante é a maior participação das mulheres em cargos de liderança e gestão esportiva. Segundo Bonfim (2019), o fortalecimento da presença feminina em federações,

clubes e órgãos de decisão é condição fundamental para garantir políticas mais inclusivas e efetivas para a modalidade.

A crescente pressão de patrocinadores e torcedores tem incentivado clubes a investir em suas equipes de mulheres. Costa (2016) destaca que a profissionalização parcial da modalidade vem acompanhada de demandas sociais por igualdade de gênero no esporte, fenômeno cada vez mais visível em nível internacional.

As perspectivas futuras apontam para a necessidade de ações integradas entre poder público, entidades esportivas e sociedade civil. Investimentos na formação de base, valorização salarial, ampliação da cobertura midiática e políticas de inclusão são medidas indispensáveis para consolidar o futebol de mulheres no Brasil (Kessler; Goellner, 2018).

Embora os desafios contemporâneos ainda sejam numerosos, o cenário atual revela oportunidades concretas de avanço. A luta pela equidade no futebol de mulheres reflete, em última instância, a luta mais ampla das mulheres pela ocupação e ressignificação de espaços sociais e culturais. O futuro da modalidade depende da continuidade dessas resistências e da construção de políticas que reconheçam o futebol de mulheres como parte integral da identidade esportiva brasileira (Goellner, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas ao longo deste estudo permitiram compreender que a trajetória do futebol de mulheres no Brasil está marcada por um processo histórico de barreiras, resistências e superações. Desde as primeiras práticas registradas no início do século XX até os avanços recentes, a modalidade esteve constantemente atravessada por desigualdades de gênero, estigmas sociais e falta de reconhecimento institucional. Essa realidade reforça a necessidade de analisar o futebol de mulheres não apenas como prática esportiva, mas como fenômeno social e geográfico.

A análise histórica evidenciou que a proibição legal, consolidada pelo Decreto-Lei nº 3.199/1941, representou um dos maiores entraves ao desenvolvimento da modalidade. Esse marco jurídico institucionalizou a exclusão das mulheres, legitimando preconceitos e dificultando o acesso aos espaços esportivos. Contudo, ao mesmo tempo, revelou a força das resistências, já que, mesmo diante da repressão, as mulheres continuaram a jogar em espaços periféricos e informais, mantendo viva a prática e criando redes de sociabilidade fundamentais para a retomada posterior.

A revogação da proibição em 1979 abriu caminhos para a reorganização do futebol de mulheres, mas o processo de consolidação foi lento e marcado por contradições. Apesar da inclusão formal da modalidade em federações e da participação do Brasil em competições internacionais, as condições estruturais permaneceram precárias, evidenciando a persistência das desigualdades de gênero. Esse período de retomada demonstra que avanços legais não são suficientes para transformar a realidade sem investimentos concretos e políticas públicas específicas.

Um aspecto central identificado é a dimensão espacial da modalidade. O espaço não se configura apenas como cenário do futebol, mas como fator determinante de sua existência e desenvolvimento. A segregação territorial, que deslocou o futebol praticado por mulheres para campos improvisados durante a proibição, expressa a materialidade da exclusão. Da mesma forma, a concentração de clubes e oportunidades em grandes centros urbanos evidencia desigualdades regionais que ainda limitam a democratização da modalidade no território nacional.

As práticas de resistência, analisadas em diferentes momentos históricos, reafirmam que o futebol de mulheres sempre existiu, ainda que silenciado pelas instituições oficiais. Essa resistência cotidiana das jogadoras, muitas vezes invisibilizada, foi fundamental para a construção da memória e para a posterior valorização do esporte. Assim, a história do futebol de mulheres no Brasil não

pode ser narrada apenas pelos marcos legais ou institucionais, mas também pelas experiências e estratégias de enfrentamento construídas pelas próprias mulheres.

No cenário contemporâneo, percebe-se um aumento da visibilidade do futebol de mulheres, especialmente com a realização de competições nacionais regulares e a ascensão de atletas de destaque internacional, como Marta. Essas conquistas, no entanto, convivem com desafios persistentes, como a desigualdade salarial, a escassez de investimentos em categorias de base e a cobertura midiática ainda limitada. Essa ambivalência mostra que, embora haja avanços significativos, a modalidade permanece em processo de afirmação e luta por equidade.

A relação entre gênero, esporte e espaço geográfico aparece como chave interpretativa para compreender os limites e as possibilidades do futebol de mulheres. A ocupação de estádios e arenas por mulheres representa não apenas um avanço esportivo, mas também uma conquista simbólica, pois desafia estruturas patriarcais que historicamente lhes negaram esses territórios. Assim, cada partida realizada em grandes espaços é também uma reconfiguração das territorialidades do esporte.

Outro ponto relevante refere-se à importância das políticas públicas e institucionais para o fortalecimento da modalidade. Embora haja iniciativas pontuais, a ausência de um plano nacional estruturado para o futebol de mulheres mantém a modalidade dependente de ações fragmentadas e da boa vontade de clubes e patrocinadores. É fundamental que haja políticas de longo prazo que garantam investimentos, formação de base e valorização das atletas, de forma a consolidar a modalidade como parte integrante do sistema esportivo brasileiro.

O estudo também revela que a luta pelo reconhecimento do futebol de mulheres está diretamente vinculada à luta mais ampla das mulheres pela igualdade de gênero na sociedade. Ao ocupar os campos de futebol, as mulheres reivindicam não apenas o direito de jogar, mas o direito de existir em espaços historicamente negados. Essa dimensão simbólica faz do futebol de mulheres um campo privilegiado para refletir sobre os avanços e desafios das relações de gênero no Brasil contemporâneo.

Perspectivas futuras apontam para a necessidade de ampliar o diálogo entre academia, políticas públicas e prática esportiva. A geografia, ao analisar a dimensão espacial do futebol de mulheres, contribui para evidenciar como desigualdades regionais e sociais influenciam diretamente as oportunidades das jogadoras. Essa abordagem é essencial para pensar estratégias de desenvolvimento que considerem a diversidade territorial do país.

As considerações apresentadas demonstram que a história do futebol de mulheres no Brasil é marcada pela coexistência de barreiras e superações. Se, por um lado, as mulheres enfrentaram proibições legais, preconceitos e invisibilidade, por outro, responderam com resistência, organização e conquistas que transformaram a modalidade em símbolo de luta e afirmação. Essa dualidade continua presente no cenário atual, indicando que a luta pelo reconhecimento ainda está em curso.

Compreender a trajetória do futebol de mulheres no Brasil sob a perspectiva histórica e geográfica significa valorizar a resistência das mulheres, reconhecer os avanços conquistados e apontar os desafios que permanecem. Mais do que um esporte, o futebol é expressão de identidades, territorialidades e disputas sociais. Suas barreiras e superações no âmbito da prática das mulheres refletem, portanto, as contradições da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que apontam para um futuro de maior inclusão, visibilidade e equidade.

REFERÊNCIAS

- ACCOCELLA, L. R. et al. Da proibição à ascensão (onde?): mapeamento geográfico dos locais de nascimento das jogadoras e dos clubes de futebol de mulheres participantes do campeonato brasileiro. **Motrivivência**, v. 33, n. 64, p. 1-21, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2021.e93441>.
- BONFIM, A. F. **Football de mulheres entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915–1941)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História Social) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br>.
- COSTA, L. Década de 1970: o impulso globalizante e desobediente do futebol de mulheres. **Ludopédio**, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/arquibancada/decada-de-1970-o-impulso-globalizante-e-desobediente-do-futebol-de-mulheres/>.
- GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 2, p. 1-14, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2021n2a09>.
- KESSLER, C. S.; GOELLNER, S. V. Futebol de mulheres no Brasil: entre a proibição e a resistência. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 40, n. 2, p. 126-132, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.04.001>.
- RIBEIRO, L. F. A proibição do futebol de mulheres no Brasil: discursos, memórias e resistências. **Temporalidades**, v. 14, n. 2, p. 180-200, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-101X.2022.37612>.